

Em nome do amor: liberdade para a Palestina!



Fonte: <https://truthout.org/>

“*Pinkwashing*”, que em uma tradução literal significa lavagem rosa, é um termo que tem sido utilizado para designar as estratégias de propaganda que se apropriam da luta LGBTQIA+ como cortina de fumaça para encobrir violações de direitos cometidas por entidades e organizações. Um dos casos mais emblemáticos dessa estratégia é a propaganda feita pelo Estado israelense como forma de ocultação, ou até mesmo de legitimação, do genocídio em curso contra o povo palestino.

A imagem de um soldado israelense exibindo uma bandeira LGBT com a frase “em nome do amor” sobre as ruínas de Gaza, que foi compartilhada até pelas redes sociais do governo de Israel, é a ilustração perfeita do que está sendo dito aqui. Mas, em nome de qual amor? Certamente não foi em nome do amor das milhares de famílias palestinas enlutadas pelos assassinatos indiscriminados cometidos pelo exército israelense.

Apesar do “*pinkwashing*” ser um termo relativamente recente, vender a imagem como a democracia mais avançada no Oriente Médio é uma estratégia velha que o Estado de Israel utiliza para legitimar ocupações ilegais, violações de

direitos humanos e ataques contra países vizinhos. Mas Israel não é o único nem o primeiro Estado que justifica o uso da força contra outros povos em nome de um projeto civilizatório. Na história da humanidade, todas as formas de colonialismo foram justificadas em alguma medida por questões morais, em defesa de uma tal civilização.

Em discurso proferido no Congresso dos EUA, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, ironizou o fato de LGBTs se manifestarem contra o genocídio em Gaza, dizendo: “Alguns desses manifestantes seguram cartazes dizendo ‘Gays por Gaza’ Eles poderiam muito bem segurar cartazes dizendo Galinhas pelo KFC”. Mas onde está a contradição entre ser gay e defender a resistência do povo palestino? O que Netanyahu faz é tentar associar todo um povo, que é heterogêneo e diverso, a um conjunto homogêneo de valores morais. Como se os “valores retrógrados” do povo palestino justificassem sua dominação pelos “civilizados” israelenses.

Não se trata aqui de relativizar ou de colocar em segundo plano a luta pelos direitos da população LGBTQIA+, mas de questionar sua instrumentalização por projetos colonialistas, como o sionismo faz. Ademais, ao longo da história, o colonialismo só aumentou a opressão contra a população LGBTQIA+.

Inclusive, a criminalização da homossexualidade no território palestino surgiu com o Código Civil de 1936, durante o mandato britânico, período em que a região foi controlada pelo Reino Unido. Assim como na Palestina, a colonização britânica deixou o mesmo legado contra os direitos LGBTQIA+ em diversos países da Ásia e da África, com leis discriminatórias que, em alguns desses, perduram até hoje.

Por seu caráter emancipatório, a luta pelos direitos LGBTQIA+ é indissociável da luta anticolonialista. Não é possível ser plenamente livre enquanto pessoa LGBTQIA+ estando sob um regime colonial que submete seu povo à condição sub-humana. E é essa a situação imposta ao povo palestino ao longo de décadas. Por isso é que não cabe outra atitude dos movimentos LGBT que não seja pela liberdade da Palestina, do rio ao mar. ★

João Paulo Furtado, militante do PT e da AE em Vila Velha/ES

Por outra lógica de atuação política

Por uma lógica de atuação não branca, não heteronormativa e não cisgênera, e sim travesti, na política. Essa formulação aponta um programa que é, por definição, socialista, não branco, anti capacitista e orientado para abarcar a classe trabalhadora como sujeito totalizante. A centralidade do "não" neste vocabulário não é mera retórica negativa: trata-se de uma sinalização das condições materiais que tornam a própria existência de certos corpos e coletivos um centro de conflito político.

Marx e Engels na Ideologia Alemã, explicam como a ideologia dominante organiza práticas de percepção da realidade. Assim, aquilo que é apresentado como método neutro ou técnico costuma reproduzir pressupostos raciais e de gênero. Portanto, críticas que se limitem à reforma formal dos procedimentos sem interrogar as bases epistemológicas e materiais do saber tendem a ser insuficientes.

Além disso, Bell Hooks oferece um aporte específico que desloca a noção de amor para o campo das práticas políticas. Amor entendido como cuidado coletivo, responsabilização mútua e construção de laços que produzam capacidade de proteção e de vida digna. Paralelamente, os saberes de povos originários e comunidades tradicionais propõem dialeticamente epistemologias diferentes baseadas na

reciprocidade e na continuidade intergeracional, em contraponto ao paradigma do indivíduo isolado e dissociado de si mesmo.

Na materialidade, essa percepção pode ser apontada na discussão sobre defesa pessoal em manifestações. Enquanto a difusão acrítica de práticas marciais como forma de proteção à violência policial pode naturalizar modelos de proteção centrados na performance física individual e numa afirmação subconsciente de uma masculinidade hegemônica, uma vez que a prática concreta das populações mais vulneráveis evidenciam estratégias alternativas e frequentemente mais eficazes.

As táticas de sobrevivência elaboradas por negras e negros frente à violência policial sistemática raramente se baseiam em confronto físico, priorizando a percepção aguçada de risco, o apoio mútuo imediato e estratégias de dissuasão e fuga. Travestis e mulheres trans, submetidas à violência institucional e à precarização extrema (como a indução ao trabalho sexual), desenvolveram sistemas complexos de alerta, fuga e proteção coletiva frente à polícia, operando através de redes de solidariedade que dispensam técnicas marciais formais, e apontam que a necessidade da valorização de saberes subalternos, políticas públicas direcionadas e a organização coletiva como resposta ao enraizamento das violências.

Isso passa por propostas concretas como a priorização de políticas de moradia e trabalho digno, programas de proteção e assistência às pessoas trans e travestis, investimentos em saúde mental e serviços sociais anti capacitistas, a institucionalização de redes comunitárias de proteção e alerta, e a luta pelo fim da escala 6x1. Ao mesmo tempo, é urgente que a esquerda incorpore práticas de formação política que valorizem a experiência cotidiana das populações em luta e que sejam diferentes das atuais epistemologias. ★

Kadu Brito, militante do PT e da AE em Mossoró/RN